



DECLARAÇÃO DE:

➤ CEDÊNCIA GRATUITA DE TERRENO PARA DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL

nº _____ SM

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do declarante) _____,

contribuinte (pessoa singular ou coletiva) nº _____, residente em (Rua /Avª) _____

_____ (nº/lote) _____, (andar) _____,

(localidade), _____ (cód. postal) _____ - _____,

Freguesia de _____, com o telefone nº _____, fax nº _____,

_____, e-mail _____ nascido em ____/____/_____, portador do

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão / Passaporte _____ datado de

_____/_____/_____, emitido pelo Arquivo de Identificação de _____, vem, na qualidade

de: ☐ Proprietário ☐ Mandatário ☐ Usufrutuário ☐ Superficiário ☐ Promitente comprador

☐ Outro (especificar) _____

declarar que cede gratuitamente, para domínio público municipal, o seu terreno sito em

_____ com a área total de _____ m², descrito na _____

Conservatória do Registo Predial, de _____ sob o(s) nº(s) _____ Inscrito

na matriz sob o(s) artigo(s) _____ e tendo como confrontantes:

Norte : _____ Este: _____

Sul : _____ Oeste : _____

para (especificar fim a que se destina a cedência) _____


O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente documento correspondem à verdade.

Pede Deferimento,

Sintra, ____ de _____ de 20____

O Requerente,

IMP.PS.01.083.01

	RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO		REGº SM _____
	ASSUNTO: CEDÊNCIA GRATUITA DE TERRENO PARA DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL		
	Assinatura do Funcionário: _____		
Categoria : _____			Data : ____/____/____

Instruções

Juntar:

☐ Exibir Bilhete de Identidade / Passaporte e Cartão de contribuinte ou Cartão do Cidadão

Notas:

- No caso de **peessoas coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Na qualidade de **mandatário** deve juntar fotocópia da procuração;
- Na qualidade de **proprietário** ou **superficiário** deve juntar certidão da conservatória válida e quando o prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial acompanhada da fotocópia da caderneta predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio.
- No caso de **copropriedade** deverá ser apresentado fotocópia do B.I. de todos os coproprietários. Em caso de administração conjunta ou de empresa deverá ser apresentada fotocópia do registo comercial / pessoa coletiva.
- Na qualidade de **usufrutuário** deve juntar fotocópia da escritura notarial;
- No caso de **promitente-comprador** deve juntar fotocópia do contrato de promessa compra e venda que lhe confira o direito de realizar a operação urbanística que pretende;
- Os extratos de plantas devem ser adquiridos no Departamento de Urbanismo da Autarquia;
- As certidões emitidas pelas Conservatórias de Registo Predial têm a validade de seis meses;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do Artº 10º da Lei 67/98 de 26 de Outubro de 1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.

Base Legal e Regulamentar:

- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra, em vigor.
- Regulamento Municipal do Património Imóvel do Município de Sintra.
- Decreto Lei nº 280/2007 de 7 de Agosto